

25 JUN 1981

ESTADO DE SÃO PAULO

Senado entregará as apurações à polícia

Da sucursal de
BRASILIA

As investigações sobre o seqüestro e o espancamento do contínuo José Arcelino Ferreira de Almeida, do Senado, deverão ser encaminhadas ainda hoje à polícia, embora ainda não esteja definido se a competência é da Polícia Federal ou da Civil do Distrito Federal, informou ontem o 4º secretário do Senado, Jutahy Magalhães. Mas permanecerão no âmbito do Senado as investigações sobre a falsa bomba colocada no plenário e as ameaças ao senador Dirceu Cardoso.

Ontem, Jutahy Magalhães esperou várias horas pelo contínuo, que não apareceu para olhar as fotografias de todos os funcionários da Casa e identificar os dois que entraram no gabinete do senador Itamar Franco (PMDB-MG) no dia em que foi colocada a falsa bomba no plenário. Em meio a insinuações de agentes de segurança e funcionários de que José Arcelino é "débil mental", o senador Jarbas Passarinho, presidente do Senado, afirmou que pretende continuar acompanhando as declarações do contínuo.

Considerando as declarações de José Arcelino "muito contraditórias", Jutahy Magalhães disse que desde o momento em que ele recusou a proteção de agentes de segurança do Senado,

sob a alegação de que não confia neles, o caso do seqüestro ultrapassou o poder de investigação do Congresso, que não tem poder de polícia. E informou que a placa dada pelo contínuo como sendo do Opala azul-escuro que o seqüestrou — AC-2448 — consta, no Detran, nas fichas de dois carros, um Volkswagen e um Chevette.

RIOCENTRO

A análise política do atentado do Riocentro, a ser discutido na reunião da comissão executiva nacional do PMDB, terça-feira, não deverá fazer censura às Forças Armadas, como instituição. Mas será exigido, em nome da sociedade, que o governo aponte os responsáveis e aplique as punições.

A posição do PMDB a respeito do atentado de 30 de abril está sendo estudada por uma comissão especial, indicada por Ulysses Guimarães e formada pelo senador Roberto Saturnino (RJ) e deputados Freitas Nobre (SP) e Tarcísio Delgado (MG). Freitas Nobre é o relator da comissão, cujos membros chamaram a atenção do presidente do PMDB para a questão da data da aprovação da análise — dia 30. Nesse dia deverão ser divulgados os resultados do IPM instaurado pelo I Exército sobre o atentado do Riocentro. Sem conhecer as conclusões do IPM, o PMDB não tem como discutir e votar um documento analisando a ocorrência.